

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Thais França
Sandra Silvestre¹

RESUMO:

Ao reconhecer nos movimentos sociais um ator privilegiado na luta pela democracia, posto que ultrapassa a ação unicamente institucional, alargando, portanto, a esfera da cidadania, o presente artigo tem como objetivo principal refletir acerca do papel que os novos movimentos sociais desempenham atualmente nas lutas por um projeto alternativo para a democracia. Mais especificamente discute sobre questões das desigualdades de sexo levantadas pelos movimentos feministas, para tanto, detém-se, particularmente, na Marcha Mundial das Mulheres. Metodologicamente baseia-se nos estudos feministas, a partir de seus pressupostos teórico-epistemológicos e políticos feministas e suas possíveis articulações com a academia.

Palavra chaves: movimentos sociais, movimento de mulheres, feminismos.

ABSTRACT:

By recognizing the social movements as a privileged actor in the struggle for democracy, since the action only exceeds institutional, extending therefore the sphere of citizenship, this paper's main objective is to reflect on the role that new social movements play in today's struggles for an alternative project for democracy. More specifically it discusses issues related gender inequities raised by the feminist movement, particularly by the World March of Women. Methodologically it is based on feminist studies, from their theoretical-epistemological and political feminists and their possible connections with the academy.

Keywords: social movements, women's movement, feminism.

¹ Thais França é doutoranda do Programa em Relações de Trabalho, Desigualdade Social e Sindicalismo, do Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra - Portugal. Mestra em Psicologia do Trabalho pelo Programa Europeu Erasmus Mundus em Psicologia Organizacional, do Trabalho e de Recursos Humanos, (WOP-P) da Universidade de Bologna - (Itália) e Portugal (Coimbra). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Participou da coordenação da Marcha Mundial das Mulheres – Portugal no ano de 2009.

Sandra Silvestre é licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e especializou-se em Cooperação para o Desenvolvimento pelo Instituto nacional de Administração de Portugal. É formadora especializada em Educação para os Direitos Humanos e Igualdade entre Mulheres e Homens e dirigente associativa da AJP. Autora e co-autora de várias publicações das quais se destaca o livro 'Somos Diferentes, Somos Iguais. Diversidade, cidadania e educação'. Desenvolve ainda projectos de Teatro da/o Oprimida/o com a movimentos feministas e associações educativas. Desde Setembro de 2010 exerceu funções de assessora parlamentar no Bloco de Esquerda.

1. Introdução

*Virado será o mundo
E viramundo verão
O virador deste mundo
Astuto, mau e ladrão
Ser virado pelo mundo
Que virou com certidão
Ainda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão
Gilberto Gil – Viramundo.*

A sequência de eventos geopolíticos que se sucedeu nos últimos anos do século XX levou a um rápido processo de reestruturação produtiva, que atingiu diretamente as práticas políticas, culturais e econômicas e levou a um novo rearranjo da sociedade e a redefinição dos atores sociais, instituições, processos e agendas.

Atualmente, diante da crise experimentada pelo capital, juntamente com a dissolução do Bloco Soviético, o neoliberalismo é apresentado como a única solução possível e a globalização neoliberal da economia é um processo natural e, portanto, irreversível. Assim, o início do século XXI reafirma a consolidação do poder econômico sobre o social. A realidade atual poderia ser descrita sucintamente da seguinte maneira: as desigualdades entre Norte e Sul acentuam-se, - e complexificam-se ainda mais, quando se pensa que em alguns países do Sul as taxas de crescimento de alguns países do Sul passam a ser muito elevadas relativamente aos países do Norte – o capital concentra-se sempre em pontos estratégicos e na mão de poucos, e a maioria da população do mundo continua pobre e excluída e o meio ambiente cada vez mais degradado.

Os ajustes estruturais trazidos pelo neoliberalismo visam principalmente às esferas econômicas, em detrimento das questões sociais e culturais. A globalização neoliberal causa um impacto direto no padrão da intervenção estatal, tanto na organização econômica, como na organização da sociedade. A regulação da economia por parte do Estado é drasticamente reduzida e as agências multilaterais, em especial o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) dominam as políticas econômicas e com a liberalização dos mercados as grandes corporações transnacionais passam a agir mais livremente (Santos, 2001).

As recentes reestruturações que o capitalismo vem passando implicam também em um aumento da flexibilidade e descentralização da produção, abertura das economias nacionais aos mercados mundiais com prioridade às políticas de exportação; mudanças essas que resvalam na geografia, composição e estrutura global da economia (Castells, 2000).

Comumente enfatiza-se que uma das principais características da sociedade contemporânea é sua imersão em um contexto globalizado, onde, aparentemente, espaço e temporalidade são indissociáveis, as fronteiras geográficas e os limites de mercado apresentam-se cada vez menos (Bauman, 1998).

Contudo, sobre tal afirmação, Santos (2002) alerta para dois pontos importantes, um é que os efeitos da globalização não são iguais em todo o globo, de maneira que as desigualdades entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento têm vindo a se exacerbar. Diante do triunfo do novo regime de acumulação flexível, conseqüente da globalização hegemônica dominante, a lógica do mercado vem consolidando-se, os processos de exclusão predominam sobre os processos de inclusão. À medida que as multinacionais tornaram-se mais importantes na economia mundial, surgiu uma classe capitalista transnacional que usufrui dos benefícios dessa compressão espaço-temporal, deslizando por essas novas configurações geográficas, ou modificando-as quando lhe é conveniente. Em paralelo, existe outra classe, formada por grupos economicamente menos favorecidos; imigrantes, refugiados que, apesar de deslocaram-se de seus espaços não estão livres para escolher suas trajetórias; e camponeses, desempregados que tanto não dispõem de mecanismos para desfrutar dessas novas facilidades, como estão a mercê de suas nuances.

Outro ponto relevante é o de que a globalização hegemônica que está posta não se trata da única possibilidade de presente, como se tem tentado fazer crer. Para o autor as diversas atividades de resistência e contestação que têm acontecido no mundo são um claro exemplo daquilo que ele chamou de *globalização contra hegemônica* ou *globalização alternativa*; como por exemplo, a luta pela reforma agrária, os movimentos feministas, as lutas ambientais e dos movimentos indígenas. Lutas locais contra os poderes de dominação global; lutas emancipatórias que questionam a ordem vigente e que buscam novas ações e políticas mais igualitárias e justas.

É nesse ambiente de profundas contradições do modelo neoliberal, que destrói forças produtivas e mantém a maioria da sociedade em estado de exclusão, que há um aumento dramático das desigualdades e da exploração irracional do meio ambiente, que se vê ressurgir e proliferar inúmeros movimentos sociais. Em meio às transformações ocorridas na economia, à expansão dos mercados, marcados pela profunda crise estrutural da economia mundial e pelas mudanças nos modelos de organização da produção e do trabalho, os movimentos sociais, *novos* ou *tradicionais* são chamados a agir, a atuar de forma emancipatória contra o engessamento da realidade com base nos pressupostos neoliberais.

Com base nessa perspectiva temos o objetivo de apresentar e discutir criticamente a participação da Marcha Mundial das Mulheres enquanto um dos novos atores sociais que surgem a partir dos processos de reorganização da sociedade. Para tanto, contextualizaremos brevemente a relação entre a globalização e os novos movimentos sociais e posteriormente nos deteremos, de forma detalhada, em questões ligadas aos movimentos feministas e a Marcha Mundial das Mulheres, apontando suas contribuições para a construção da emancipação social.

2. Os Novos Movimentos Sociais

Ao longo dos últimos séculos os movimentos sociais têm despontado como uma das principais vias de protestos através dos quais populações e comunidades têm expressado seu descontentamento com a realidade que vivem. Assim como Estanque (2005) consideramos esses movimentos como a consolidação de um momento em que a sociedade reflete e age criticamente sobre si própria, daí seu caráter de promotor da mudança social e da ruptura política.

Os movimentos sociais passam a ser considerados como novos atores do cenário político, que confrontam a ordem vigente, ampliando a concepção da política para além do marco liberal – Estado e Sociedade Civil e, ao mesmo tempo, exigem o reconhecimento de categorias, normalmente excluídas do jogo político (Santos, 2001).

Para Gohn, os movimentos sociais

São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (1995, p. 44)

Segundo a autora podem identificar-se três formatos organizativos e formas como os movimentos sociais estruturam-se na atualidade: 1) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais (movimentos de mulheres, índios, afrodescendentes, imigrantes...); 2) movimentos por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural; 3) as lutas em redes sociopolíticas e culturais.

Os movimentos sociais são uma força capaz de reinventar e redefinir as relações entre o Estado e as práticas econômicas e os sentidos e limites do sistema político. Ao mesmo tempo em que são fundamentais na construção de uma nova concepção de cidadania e de democracia para além das formais liberais.

Concebemos assim, os movimentos sociais como o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida em sua totalidade, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais, culturais e políticas.

Contudo, como nos adverte Touraine nem toda ação coletiva pode ser classificada como movimento social, ainda que provoque alguma alteração da organização social. Para o autor os movimentos sociais dizem respeito a um tipo específico de ações coletivas, levada a frente por uma categoria social particular, que busca alterar uma forma de dominação social, buscando a construção de uma de uma sociabilidade diferenciada.

É necessário não aplicar a noção de movimento social a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política (...). O essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação generalizada. (...) Só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em certos aspectos da vida social – se opuser a tal dominação (Touraine, 2006, p. 18-19).

As atuais reivindicações dos movimentos sociais, suas ideologias subjacentes e as formas de organização juntamente com o fato de que seus protagonistas não são classes sociais, mas sim grupos sociais fizeram com os movimentos que surgiram no início do século XX - movimentos ecológicos, feministas, antirracistas - fossem considerados *Novos Movimentos Sociais*, afastando-se dos movimentos sociais clássicos – trabalhadores, agricultores e camponeses.

Com base em conjuntos diferentes de significados e objetivos, os movimentos sociais articulam-se em lutas contínuas buscando uma construção alternativa para a configuração desigual e injusta da sociedade, consequência do modelo de globalização neoliberal. Touraine (1998) afirma que as lutas dos novos movimentos sociais estão para além dos interesses dos dominados, almejam, sim, a superação das relações de dominação, produção e propõem uma nova organização da sociedade. As reivindicações dos novos movimentos sociais ultrapassam a simples ideia de *inclusão*, elas exigem uma transformação radical da própria ordem política vigente e questionam o modo como a democracia tem sido exercida.

Na medida em que objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos, na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contestações culturais ou pressupõem diferenças culturais – então devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas. (Alvarez, Dagnino & Escobar, A.; 2000 p. 26).

Uma vez que consideramos os novos movimentos sociais dotados de um potencial transformador da sociedade, sustentamos que eles apresentam-se como espaços de conformação de uma nova sociabilidade orientada para a satisfação não só de interesses individuais, mas para a satisfação das necessidades coletivas e para a realização das potencialidades humanas.

Pode-se dizer também, que são inovadores por denunciarem novas formas de opressão que tanto foram omitidas pela regulação social capitalista, quanto pela emancipação social socialista e aquelas que ultrapassam as relações de produção, como por exemplo, o racismo, o machismo, a questão ambiental. Consequentemente advogam para um novo paradigma social de forma radical, apontando para novos valores como a cultura e a qualidade de vida (Santos, 2001)

Uma característica importante dos novos movimentos sociais é a defesa da diversidade social e cultural, do reconhecimento do pluralismo e das diferenças, indo de encontro à lógica de classificação social do capitalismo que identifica diferença com desigualdade (Santos, 2005, p. 24). E ao mesmo tempo abandona a ideia de que em nome de uma igualdade e universalidade, é necessário homogeneizar todos os sujeitos, recusando as diferenças. Contudo, como nos adverte Cunha (2008, p. 18), a reivindicação da *diferença quando a igualdade nos descaracteriza* e a *igualdade quando a diferença nos discrimina*, é um exercício que confronta direta e permanentemente o princípio da diferença e o princípio da igualdade.

Dentro dessa perspectiva, pode se localizar as lutas dos novos movimentos sociais naquilo que Santos (2001) denominou globalização contra-hegemônica ou globalização de baixo-para-cima. Posto que se tratam das práticas e discursos de resistências contra a exclusão, à inclusão precária e às trocas desiguais e das lutas pela proteção (cosmopolitismo) e desmercantilização dos recursos ambientais essenciais para a sobrevivência da humanidade

e do planeta (patrimônio cultural da humanidade). *O cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade constituem globalização contra hegemônica na medida em que lutam pela transformação de trocas desiguais de autoridade partilhada* (Santos, 2001, p. 79). A partir do momento em que os novos movimentos sociais buscam dar visibilidade para suas concepções e ações, através da desestabilização da linguagem e do discurso hegemônico, eles passam também a dar novos significados às práticas culturais dominantes da política. Os novos movimentos sociais opõem-se à globalização neoliberal por reconhecerem nesse tipo de globalização um processo que intensifica as desigualdades, as exclusões e as explorações.

Organizam-se os movimentos que se manifestam contra a globalização, não porque a recusem mas porque souberam ver nela a forma extrema de um capitalismo que se opõe a todo o controle e a toda a regulação, e por conseguinte destrói as identidades, as particularidades, as memórias, os modos de fazer e os sabores (Touraine, 2005, p.236).

Nesse sentido, o movimento de mulheres, assim como os movimentos ambientais, de imigrantes entre outros se apresentam como um instrumento fundamental para a construção de uma alternativa de cidadania democrática, uma vez que contestam, veementemente, a naturalização das hierarquias por parte da globalização neoliberal que desqualifica, categoriza e distribui a população em lugares fixos e desiguais com base em uma classificação social (Santos, 2005).

É nesse contexto que os movimentos feministas que lutam pela liberdade das mulheres contra todos os tipos de opressão, combatendo todas as formas de organização patriarcal, conservadora, neoliberal e militarista aparecem almejando novas formas de organização e solidariedade transnacional.

3. Movimentos Feministas

Como dito anteriormente, os novos movimentos sociais apresentam-se fortemente comprometidos com a luta por uma transformação radical da sociedade, visando à superação de todas as formas de exploração, dominação e discriminação existentes. De tal forma que se torna fundamental uma análise da realidade social que permita identificar as várias dimensões das desigualdades e as estruturas que os legitimam, sustentam e reproduzem. Os movimentos feministas, juntamente com os movimentos ambientais, movimentos pela diversidade e

interculturalidade, movimentos de raça, religião, fazem parte de um movimento global de oposição e resistência contra a dominação hegemônica do capitalismo.

Os movimentos feministas têm como objetivo primeiro a denúncia das desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que procuram contribuir para o projeto de uma sociedade alternativa mais justa e igualitária. Apesar das divergências interiores, os movimentos feministas têm sido um dos principais responsáveis por trazer para a discussão pública as opressões e dominações que assolavam e continuam a assolar as mulheres no privado.

Podem ser considerados possivelmente o fenômeno subversivo mais significativo do século XX por sua ruptura paradigmática com uma cultura política profundamente autoritária e excludente para as mulheres e outros atores não hegemônicos. Esses movimentos exercem um questionamento profundo aos pensamentos únicos sobre as relações humanas e os contextos sociopolíticos, econômicos, culturais e sexuais (Valente, 2000, p. 172).

Esses movimentos desde sua origem estão ligados às lutas sociais e à reflexão crítica sobre si mesmos, a articulação entre teoria e prática esteve presente desde o seu início, de maneira que é possível defini-lo com um campo político e teórico-epistemológico. Para além das discussões políticas, as críticas feministas também adentraram os modelos clássicos de se fazer ciência, enfatizando principalmente a objetividade e a neutralidade, apontando para a necessidade de construção de uma ciência mais responsável, ao mesmo tempo em que obriga que a divisão entre ciência e política seja repensada. A entrada das epistemologias feministas nas ciências sociais abalou antigos alicerces de conhecimento, ao mesmo tempo em que contribui para um saber mais rico e mais viável, ao desmascarar o quanto a ciência é opressora, limitadora e androcêntrica. Acreditamos que as análises feministas são fundamentais para a desconstrução desse paradigma moderno das ciências sociais.

Voltando para o campo político, os movimentos feministas são fundamentais nas discussões acerca da democracia e para a construção da emancipação não apenas porque apontam para a opressão sofrida pelas mulheres, mas principalmente porque, fazem pensar quais são os sujeitos desse novo processo de transformação e porque trazem ao público discussões que anteriormente permaneciam apenas na esfera privada, mostrando como elas articulam-se diretamente como, por exemplo, a discussão entre sexualidade, produção e reprodução. Mais ainda, buscam resgatar um ideal de igualdade que não perde de vista o respeito pela diferença, tanto no espaço público quanto no espaço privado.

De acordo com Antrobus (2004) o movimento feminista é um processo (des)contínuo, flexível que busca a construção das mulheres como sujeitos históricos, que aparecem como

um dos principais agentes de criação de uma nova cultura, uma vez que busca não uma simples alteração no modelo de dominação, mas a sua superação, *elas pensam mais em termos de ultrapassagem do que de inversão ou compensação desigual* (Touraine 2005, p. 203).

Os movimentos feministas no ocidente são o principal veículo a dar visibilidade pública às mulheres como um coletivo. De acordo com Gohn (2003), no mundo ocidental esse movimento pode ser dividido em três grandes fases. A primeira está localizada temporalmente nos séculos XVIII, XIX e XX e permeado dos ideais socialistas ocupou-se principalmente com as questões da igualdade de direitos civis e políticos e engajou-se também nas lutas abolicionistas.

A partir dos anos 60, as mulheres passaram a atuar em coletivos e, juntamente com outras minorias (estudantes e negros) começavam a reivindicar a problemática das diferenças, *o tema da diferença entrou na pauta reclamando a multiplicidade do sujeito, o reconhecimento e a aceitação da diferença* (Gohn, 2003, p. 49). Foi durante essa segunda onda do feminismo que se iniciou o processo de *desconstrução* da mulher como um ser uno e a construção de *gênero* como uma categoria analítica. *A distinção entre sexo biológico e o sexo social, foi neste, aspecto uma estratégia importante para a segunda vaga do feminismo dos finais da década de sessenta deste século. Ela surge na cultura anglo-saxônica com as designações sex para o biológico e gender para o sexo social* (Ferreira, 2004, p. 43).

Posteriormente, nos anos 90 assistiu-se a uma mudança nas práticas no sentido de transformar os discursos e as práticas político-culturais dominantes, enfatizando que os direitos de mulheres e meninas são parte indissociável dos direitos humanos universais, ao mesmo tempo em que suas reivindicações deslocam-se de questões que resguardavam especificamente as mulheres. Nesse mesmo período outros movimentos de mulheres, surgiram reivindicando a ampliação da agenda feminista, buscando ressignificar e inventar novas formas de expressão do feminismo.

Com a expansão do feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo popular, ecofeminismo, feminismo cristão e assim por diante, a segunda metade dos anos 80 e 90 viram a proliferação de novas protagonistas cujas trajetórias político-pessoais diferiam de modo significativo daquelas das primeiras feministas (referidas agora como "históricas"), cujos discursos enfatizavam a forma em que raça/etnia, classe, sexualidade, idade são constitutivas das identidades de gênero e cujas práticas diferiam às vezes da política cultural dos primeiros anos do feminismo (Alvarez, 2000, p. 394).

É diante da compreensão que existem diversos processos sociais que se articulam, causando por vezes invisibilidades, reforçando as desigualdades e afastando os questionamentos sobre as diferenças, enquanto estruturas maiores que hierarquizam a sociedade que se pauta a *Marcha Mundial das Mulheres*.

4. Metodologia de reflexão

As reflexões que se seguem em relação à Marcha Mundial das Mulheres são frutos do período em que participamos da Coordenação da Marcha em Portugal e enquadram-se, portanto na lógica da auto reflexividade proposta pelas metodologias feministas (Neves e Nogueira, 2005) e nas considerações de Estanque (2005) sobre o fato de que uma dimensão auto biográfica está sempre presente no trabalho de investigação.

Acreditamos que a reflexividade é uma prática fundamental para a desconstrução do paradigma moderno das ciências sociais acerca da objetividade e neutralidade científica, ao mesmo tempo em que contribui decisivamente para aquilo que Santos (1995) chama de *transição paradigmática do conhecimento regulação para o conhecimento emancipatório*. Utilizamos da reflexividade como uma maneira de analisar e refletir intencionalmente sobre vários aspectos do trabalho de investigação. Ao mesmo tempo em que funciona como uma maneira de estar sempre alerta para o fato de que o conhecimento científico não é apenas propriedade dos especialistas e que pertencem a toda comunidade.

Propomos ainda, a tentar seguir as orientações de feministas mais engajadas que apontam para a necessidade de uma articulação verdadeira e igualitária entre as mulheres que se encontram produzindo saberes acadêmicos e aquelas cuja principal via de atuação é a militância no campo. Visto que ambos são lugares privilegiados e igualmente válidos de produção, circulação e de aceitação das teorias feministas.

Ressaltamos também mais duas características das metodologias feministas que consideramos de grande relevância e inovação: uma é a forma crítica de abordar a realidade, tendo como objetivo maior a mudança social e a visibilidade da experiência feminina e a outra o caráter multidisciplinar e a pluralidade de técnicas de investigação sobre as quais se lançam.

5. A Marcha Mundial das Mulheres

*Eles pensam que a maré vai mas nunca volta
Até agora eles estavam comandando
o meu destino e eu fui, fui, fui, fui recuando,
recolhendo fúrias. Hoje eu sou onda solta
e tão forte quanto eles me imaginam fraca
Quando eles virem invertida a correnteza,
quero saber se eles resistem à surpresa,
quero ver como eles reagem à ressaca.*
Chico Buarque – Gota d'água.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) trata-se de um movimento feminista, anticapitalista e anti-imperialista, que parte de questões referentes a discriminação de gênero e associando-se à luta contra todas as formas de exclusão e desigualdades, pautando-se na solidariedade, igualdade, liberdade, justiça e paz; podendo, portanto, ser descrita como um movimento de luta transversal de direitos. Concomitantemente, aponta para as ligações entre o capitalismo e o patriarcado e como esses se relacionam com a pobreza e a violência contra mulheres. A Marcha se define menos como uma rede de solidariedades entre mulheres do Norte para com as do Sul e mais como um movimento que convergem em uma luta radical contra o sistema. Matte (2003) identifica a Marcha como uma via de expansão do feminismo que ultrapasse as fronteiras, permitindo analisar de forma mais global os mecanismos de dominação que operam em nossa sociedade.

Os conceitos e teorias que guiam o trabalho da Marcha estão relacionados, principalmente, com as teorias feministas – negam a separação entre o público e o privado, uma vez que rejeita a dicotomia entre o pessoal e o político – e com os pressupostos da educação popular, no que concerne sua capacitação das mulheres para agirem como protagonistas de suas reivindicações. Mais ainda, apresenta-se como uma organização horizontal, que prescinde de hierarquias, lança mão de processos de auto-organização e autofinanciamento de coordenações nacionais.

Historicamente a Marcha teve seu começo a partir de uma iniciativa local; um grupo de mulheres de Quebec realizaram em Maio de 1995 a Marcha de Pão e Rosas, como uma forma de dar visibilidade e pressionar o governo canadense a responder suas exigências relacionadas a melhoria da situação econômica das mulheres. Segundo Mond (2003) *o projeto da Marcha nasce da necessidade de ir além das palavras, das promessas contidas nas declarações oficiais dos organismos (inter)governamentais que se comprometem a erradicar as discriminações e as violações de direitos de que as mulheres são objeto* (p.637).

Em 1998, a partir da iniciativa das participantes da Marcha de Pão e Rosas, deu-se, em Montreal, o 1º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres que reuniu de vários países. Definiu-se ali a luta contra a eliminação da pobreza e de todas as formas de violência contra as mulheres como os temas centrais da Marcha. Ao mesmo tempo iniciaram-se os preparativos para a primeira acção mundial da Marcha Mundial das Mulheres que aconteceria em 2000, que teria início no dia 08 de Março (Dia internacional da Mulher) e finalizando em 17 de Outubro (Dia Mundial da erradicação da pobreza). Diante do impacto positivo da Marcha, decidiu-se por tornar o movimento contínuo e definiu-se que todos os cinco anos se realizariam uma acção mundial, sendo a segunda agendada para o ano de 2005.

Em 2010 ocorreu a Terceira acção e o foco principal para as atividades esteve concentrado principalmente, em quatro eixos definidos no plano estratégico 2006-2010: bem comum e acessos aos recursos (a recusa incessante à privatização dos bens e recursos comuns e ênfase na utilização justa e consciente desses meios); o trabalho de mulheres (condições, autonomia, dignidade e qualidade); violência contra as mulheres e a paz, justiça e desmilitarização (The World March Of Women, 2008).

Em Portugal, alguns anos são emblemáticos para a acção da Marcha Mundial das Mulheres: 2000 foi o ano de consolidação da Plataforma Nacional da Marcha Mundial das Mulheres; 2005 o movimento participou de forma ativa e marcante II Acção Internacional da MMM; 2007 realizou-se o 1ª Encontro Nacional de Mulheres e 2008 esteve presente no VI Encontro Internacional em Vigo. Já o ano de 2009 é caracterizado principalmente pela preparação da III Acção Internacional, que decorreria no ano seguinte, 2010.

Objetivando o fortalecimento e aumento da visibilidade, investiu-se de forma consistente nos meios virtuais, blog, páginas no facebook, canal no youtube. Realizaram-se diversas assembléias para alargar o movimento a outras regiões do país, criar e discutir a pauta de acções para o ano de 2010. Esteve ainda na presente também em algumas manifestações, como por exemplo, a Manifestação em 28 de Julho em solidariedade a Honduras por conta do Golpe Militar e 18 de novembro em solidariedade as ativistas turcas.

No ano de 2010 propriamente dito a MMM portuguesa assinalou o início da terceira acção mundial com uma grande acção Pública na Praça do Rossio ao 08 de Março e durante toda a semana atividades da Marcha estiveram a acontecer em Portugal, como por exemplo, a acção de rua nos Açores para informação sobre a MMM e violência de gênero, em Coimbra apresentação do filme *Vozes e olhares no feminino*, construção das bonecas marchantes,

sessões de educação popular com mulheres na Brenha, Figueira da Foz e debates na serra da Lousã.

Dando continuidade as atividades de anos anteriores, estiveram presentes em várias manifestações como o 25 de Abril e 1º de maio e promoveu atividades em outras datas emblemáticas, 17 de maio – dia da luta contra a homofobia, 24 de maio – dia internacional das mulheres pela paz e pelo desarmamento. Uma delegação portuguesa esteve presente também no Fórum Social Europeu que aconteceu em Junho em Istambul e no qual a Marcha através das feministas turcas com o apoio do secretariado europeu e da MMM da Grécia conseguiu realizar uma Assembleia Europeia de Mulheres. Ainda em 2010 decorreu em Portugal reunião europeia da MMM em que se organizou um balanço acerca das atividades da Marcha em 2010. Ao longo de 2011 a MMM Portugal tem dado continuidade as suas ações.

Todas essas atividades somadas levaram não apenas ao fortalecimento da Marcha enquanto movimento, como também fez com que aumentasse o número de organizações associadas nomeadamente com mais organizações de imigrantes a participar.

Apesar de mostrar-se como um movimento bem sucedido e que ao longo dos anos consolidou-se e expandiu-se globalmente, a Marcha ainda enfrenta alguns grandes desafios na sua constituição como um movimento social sólido e reconhecido.

Dentre esses desafios destaca-se a consolidação de um ponto político comum para guiar a agenda da Marcha: fortalecer os núcleos de coordenação nacional e regional nos países onde a Marcha tem menos expressividade ou é inexistente; assegurar, na Europa especificamente, a participação e o empoderamento das mulheres da base através de ações de educação popular; reforçar a imagem da Marcha como um movimento contínuo e não apenas como ações pontuais e específicas e encontrar formas de financiamento que assegurem sua continuidade.

6. Considerações finais.

Apresentamos nesse texto uma reflexão acerca do papel dos novos movimentos sociais na luta pela emancipação da sociedade e de como os movimentos feministas, especificamente a Marcha Mundial das Mulheres, têm contribuído para a construção de outro paradigma de igualdade e de dignidade e para um projeto emancipatório. Os novos movimentos sociais colocam-se como atores sociais que exigem o direito de participar na própria definição do

sistema político, e os movimentos feministas trazem novas formas de agir e de pensar que vão para além das discriminações e explorações óbvias.

Falar no fim de todas as formas de exploração, desigualdade e discriminação é romper com a atual formatação da sociedade - que não reconhece a alteridade, o outro e a diferença – buscando caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento. Ao longo das últimas décadas, as mulheres vêm reivindicando, cada vez mais, seu papel como alteridade feminina, sociocultural e política. É possível observar um movimento de redefinição, com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, do lugar das mulheres na sociedade.

A Marcha Mundial das Mulheres apresenta-se como um movimento internacional feminista engajado na luta contra as causas que originam a pobreza e a violência contra a mulher, principalmente, mas, sobretudo, articula-se em torno da globalização da solidariedade. Assim, tem-se que a pluralidade existente de diferentes mulheres e diversos feminismos congregam-se como uma oposição radical ao modelo de globalização neoliberal, desafiando a ordem social patriarcal, conservadora e militarista.

A partir de sua organização horizontal e não hierárquica, a forma como os diálogos em torno de temas controversos dentro do próprio movimento (aborto e homossexualidade) desafia a tese de que não existe outra alternativa ao patriarcado. Sistema que constrói uma hierarquia artificial, remetendo as questões do gênero feminino para o privado e as questões do gênero masculino para o público, criando exclusões, legitimando a dominação masculina e naturalizando a inferioridade das mulheres. Consideramos por tanto que a Marcha Mundial das Mulheres converge na sociologia das emergências de Santos (2001), posto que se coloca como uma experiência social disponível, localizada no horizonte das possibilidades concretas. O inconformismo dessas mulheres diante da realidade reside na consciência de que a superação dessa realidade é possível, ainda que se caminho seja árduo e longo.

Compartilhamos com Touraine (2005) a ideia que as mulheres configuram-se como um dos principais atores responsáveis pelas transformações que levarão a superação das relações desiguais de poder. Uma vez que os movimentos feministas rompem com as práticas e discursos e propõe uma ética inclusiva e de respeito e valorização das diferentes experiências reais da vida, buscando compreender de onde nascem essas diferenças. Como diz o autor, *já entramos numa sociedade de mulheres.*

7. Bibliografia

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.; *O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos*. In ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A (orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-57, 2000.
- ÁVILA, M. B. *Pensando o fórum social mundial através do feminismo*. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 11, v. 2, p. 644-651, 2003.
- ANTROBUS, P. *The Global women's movement. Origins, issues and strategies* NY: Zed Books, 2004.
- CUNHA, T. *Cuidar da alteridade humana*. In CUNHA, T. e SILVESTRE, S. (orgs.) *Somos diferentes, somos iguais: diversidade, cidadania e educação*. AjPaz p. 15-20, 2008
- FERREIRA, V. *Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal*, Universidade de Coimbra, Faculdade de economia, v. 2, 2004.
- GOHN, M. G. *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações políticas culturais e debate teórico no processo democrático*. In. Política e Sociedade, n. 11, p. 41-70, out, 2007.
- GOHN, M. G. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995
- MATTE, D. *Um espaço para mudanças*. Estudos Feministas, Florianópolis, no. 11, v. 2, p. 633-636, 2003.
- MOND, N. *Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos*. Estudos Feministas, Florianópolis, no. 11, v. 2, p. 637-643, 2003.
- NOBRE, M.; FARIA N. *Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da marcha mundial das mulheres no fórum social mundial*. Estudos Feministas, Florianópolis, no. 11, v. 2, pp. 623-632, 2003.
- SANTOS, B. S. *O Fórum Social Mundial como utopia crítica e o Fórum Social Mundial como epistemologia do Sul*. In O Fórum Social Mundial: manual de uso. Porto: Afrontamento, p. 13-32, 2005.
- SANTOS, B. S. *Os processos de globalização*. In: Globalização: Fatalidade e Utopia Porto: Afrontamento, p. 31-101, 2001.
- THE WORLD MARCH OF WOMEN. *A decade of International Feminist Struggle*. Montreal, WMW, 2008.
- TOURAINÉ, A. (2006). *Na fronteira dos movimentos sociais*. In Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan-abr, 2006.
- TOURAINÉ, A. *Uma sociedade de mulheres*. In Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje. Lisboa: Instituto Piaget, p. 221-236, 2005.
- TOURAINÉ, A. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, p. 127-172, 1998.
- VALENTE, V. *Una Reflexión Feminista de la Ciudadanía*. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 170-190, 2º. Semestre, 2000.